



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 3.025, DE 2024

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para priorizar a aplicação de recursos públicos federais em ações de saneamento básico em municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação.

Autor: Deputado JADYEL ALENCAR

Relatora: Deputada SOCORRO NERI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.025, de 2024, de autoria do Deputado Jadyel Alencar, altera a Lei nº 11.445, de 2007, para priorizar a aplicação de recursos públicos federais em ações de saneamento básico em municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas à proposição.





É o relatório.

II - VOTO da Relatora.

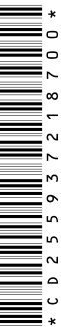
A gestão inadequada de resíduos sólidos e a falta de serviços de saneamento básico representam sérios riscos para as unidades de conservação (UCs), afetando tanto a biodiversidade quanto o equilíbrio dos ecossistemas protegidos. As UCs, que têm como objetivo preservar espécies e ecossistemas são prejudicadas pela poluição direta e indireta, comprometendo suas funções ecológicas e colocando em risco os serviços ambientais essenciais que oferecem.

Quando os resíduos sólidos não são gerenciados corretamente, eles frequentemente acabam em rios, córregos e áreas naturais, afetando diretamente as áreas de proteção ambiental. Plásticos, metais e outros detritos podem ser transportados por ventos ou cursos d'água, chegando às unidades de conservação, como parques nacionais e reservas ecológicas. Esse processo provoca contaminação do solo e da água, prejudica a fauna local e pode resultar na morte de animais por ingestão ou enredamento em resíduos.

A ausência de saneamento básico adequado, por sua vez, intensifica o problema. O esgoto doméstico não tratado é frequentemente despejado em corpos d'água que atravessam áreas de preservação, **contaminando rios e solos** com nutrientes e substâncias tóxicas. Esse cenário pode levar à **eutrofização**, um processo que desequilibra os ecossistemas aquáticos, reduz o oxigênio disponível e causa a mortandade de peixes e outras espécies. Esses impactos afetam não apenas a biodiversidade, mas também a oferta de água potável para consumo humano e para a fauna local.

Além disso, a poluição e os impactos ambientais visíveis podem diminuir a atratividade das áreas de conservação para atividades de ecoturismo, comprometendo atividades que poderiam contribuir para a manutenção financeira dessas unidades.

O projeto em apreciação objetiva assegurar que os municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 02/09/2025 15:32:20.820 - CMADS
PRL 1 CMADS => PL 3025/2024

PRL n.1

recebam apoio prioritário da União para as ações de saneamento básico, tais como a elaboração e implementação do plano municipal de saneamento básico, a remediação de lixões a céu aberto e a criação e manutenção de programas de coleta seletiva.

Conforme o Autor da proposição:

“A priorização desses municípios na liberação de recursos é fundamental, pois essas áreas desempenham um papel crítico na conservação da biodiversidade e na manutenção dos serviços ecossistêmicos, essenciais para o equilíbrio ambiental e o bem-estar humano.”

Consideramos o projeto, por todo o exposto, oportuno e meritório, e para colaborar com o alcance de seus objetivos primordiais, optamos pela apresentação de substitutivo que acrescenta a prioridade destes municípios também para a aplicação de recursos federais para a elaboração e implantação do plano municipal de adaptação à mudança do clima.

Conforme diretrizes trazidas pela Lei nº 14.904, de 2024, os planos municipais de adaptação à mudança do clima deverão assegurar a adequada implementação das estratégias traçadas, tanto para a infraestrutura urbana, incluídos os serviços de saneamento, quanto para a infraestrutura baseada na natureza, com vistas a criar resiliência e proteção da população, de bens e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, de forma sustentável.

Em face ao contexto apresentado, foi elaborado Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3025, de 2024, propondo a inclusão de mecanismos que aprimoram a aplicação dos recursos federais destinados ao saneamento básico em municípios inseridos em unidades de conservação, com a inclusão de critérios técnicos para priorização, monitoramento contínuo dos impactos e relatórios públicos que garantam a transparência.

Adicionalmente, o substitutivo propõe a oferta de assistência técnica e capacitação aos municípios beneficiados, visando garantir a execução eficiente dos projetos de saneamento e coleta seletiva, bem como a promoção da participação das comunidades locais na formulação e monitoramento das políticas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

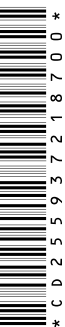
Estas medidas são necessárias para assegurar que a política pública atinja seus objetivos de forma eficaz e equitativa, promovendo o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental nas áreas mais vulneráveis e de importância crítica para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas brasileiros.

Dada a relevância da proposta para a conservação ambiental e o enfrentamento da crise climática, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2024, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada SOCORRO NERI
Relatora

2024-13944





**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 3.025, DE 2024

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para priorizar a aplicação de recursos públicos federais em ações de saneamento básico em municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48.....

XVIII – prioridade de cobertura dos serviços de saneamento básico para áreas incluídas dentro de unidades de conservação.

.....

Art. 2º O art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 14, 15, 16, 17 e 18:

Art. 50.

§ 14. Os municípios que possuam seu território parcial ou totalmente inserido em unidades de conservação terão prioridade na aplicação de recursos públicos federais para a elaboração e implementação do plano municipal de saneamento básico, a remediação de lixões a céu aberto e a criação e manutenção de programas de coleta seletiva.

§ 15. A priorização mencionada no § 14 será definida com base em critérios técnicos que considerarão a vulnerabilidade ambiental, a capacidade técnica e financeira do município, e a urgência das necessidades de saneamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

§ 16. A aplicação dos recursos referidos no § 14 será monitorada e avaliada por meio de indicadores de impacto ambiental e de saúde pública, com a publicação anual de relatórios que detalhem os resultados das ações implementadas.

§ 17. A União poderá oferecer assistência técnica e programas de capacitação aos municípios priorizados, visando garantir a adequada elaboração e execução dos projetos de saneamento básico, coleta seletiva e remediação de lixões a céu aberto, conforme previsto no § 14.

§ 18. As comunidades locais, especialmente aquelas que residem em áreas de unidades de conservação, serão incentivadas a participar ativamente da formulação, execução e monitoramento dos planos de saneamento básico, coleta seletiva e remediação de lixões. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada SOCORRO NERI
Relatora

2024-13944

